

Virou novela: doação de terreno para UEM ainda está em trâmite

Cianorte não é diferente do País quando o assunto é tirar as leis do papel. E no caso da doação do terreno pertencente ao Município para a Universidade Estadual de Maringá (UEM) a situação se assemelha. A Lei 3.626 de 2011, ainda não “colou”.

Em outubro de 2013, Executivo, Legislativo, reitoria e direção da UEM reuniram-se novamente para tratar do tema. Na época, o prefeito Claudenir Bongiorno pediu um prazo, para a equipe técnica medir o terreno. “Esta lei precisa ser revista, uma vez que já reservamos um espaço para a construção de uma quadra esportiva para a escola”, explicou a secretária municipal de Educação, Neuza Casassa, na ocasião. Ela referia-se à Escola Municipal Castro Alves, alocada na mesma área.

Transcorridos quase um semestre a notícia mais recente é de que o terreno foi medido e Bongiorno apresentou no início de janeiro uma proposta de transferir à UEM cerca de 22 mil metros quadrados, de um total de 184.840,00 m². “Não aceitamos essa proposta, pois esse terreno nos deixaria muito limitados em relação às ampliações, sem espaço para estacionamentos e a entrada da UEM continuaria escondida na rua em frente a pista de caminhada”, explicou a diretora do Campus Regional da UEM em Cianorte, Marcia Maioli.

Uma contraproposta foi analisada pela Prefeitura, porém o terreno sugerido tomaria parte da quadra que será construída na Escola. Tal área foi excluída dos novos termos pois, caso esteja em nome da UEM, a Prefeitura não pode usar os recursos obtidos para a construção da quadra, que terá uso compartilhado com a UEM, assim como acontece com outras dependências da Escola.

“Na última proposta apresentada pela Prefeitura o terreno tem 38.626 m². A reitoria está analisando-a. Adiantamos que essa área permite as ampliações que precisamos providenciar em curto prazo. No entanto, não podemos descartar a possibilidade de, futuramente, a depender do desenvolvimento do Campus, ampliar a área ocupada para os limites previstos na Lei 3.626/11”, destaca Márcia.

A nova proposta necessita de pareceres técnicos das partes envolvidas para, quem sabe, finalmente a Lei virar realidade. “A situação é que, precisamos ampliar, para tanto, necessitamos buscar recursos e, necessariamente, temos que ter o terreno em nome do Estado”, ressalta Marcia Maioli.